



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Direcção-Geral de Administração.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Defesa Nacional:

Direcção de Serviço de Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção dos Recursos Humanos.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Conselho Superior da Magistratura Judicial:

Secretaria.

Município Ribeira Brava:

Câmara Municipal.

Município Paúl:

Câmara Municipal.

Município São Domingos:

Câmara Municipal.

Município São Lourenço dos Órgãos:

Comissão Instaladora.

Município do Tarrafal:

Câmara Municipal.

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral de Administração

Despacho de S. Ex.^a a Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional:

De 18 de Janeiro de 2008:

Milanca Camões da Luz, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Centro Jurídico da Chefia do Governo, exonerada a seu pedido, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos imediatos.

Solange Helena Correia Rodrigues, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Centro Jurídico da Chefia do Governo, exonerada a seu pedido, ao abrigo do alínea *d*) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro de 2005, com efeitos partir de 7 de Janeiro de 2008.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 18 de Janeiro de 2008. — A Directora, *Dulcelina Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 4 de Janeiro de 2008:

Emílio Ramos Moreira, médico geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado de Saúde do Porto Novo, dada por finda a respectiva comissão ordinária de serviço, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2007.

Carla Gisela Abu-Raya Andrade, médica geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Delegada de Saúde do Sal, dada por finda a respectiva comissão ordinária de serviço, com efeitos a partir do dia 7 de Janeiro de 2008.

Lúis Celestino Sanches, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado de Saúde de Santa Catarina, dada por finda a respectiva comissão ordinária de serviço, com efeitos a partir do dia 15 de Janeiro de 2008.

Júlio Monteiro Rodrigues, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado de Saúde do Tarrafal, dada por finda a respectiva comissão ordinária de serviço, com efeitos a partir do dia 15 de Janeiro de 2008.

Hulda Almeida do Rosário Brito, médica geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, colocada no Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, onde passa a desempenhar as suas actividades profissionais.

Despacho da Directora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 16 de Janeiro de 2008:

Teresa Cristina Santa Maria Paredes, médica geral, escalão II, índice 115, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Janeiro de 2008, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser afastada das actividades cirúrgicas».

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 22 de Janeiro de 2008. — O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Ex.^a a Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do estado e da Defesa Nacional:

De 22 de Janeiro de 2008:

Gabriela Maria dos Santos, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D, da Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa Nacional, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 3 de Dezembro de 2004, prorrogada a referida licença por mais um ano, ao abrigo do disposto nos artigos 47.º a 49.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa Nacional, na Praia, aos 23 de Janeiro de 2008. — Pela Directora, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho do Director-Geral dos Transportes Rodoviários:

De 10 de Janeiro de 2008:

Lúis António Ramos Veiga, habilitado com o curso de bacharelato em Eng. Electrónica, área de energia e automação, exercendo actualmente o cargo de Delegado da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários para a Região Fogo e Brava, designado para, nos termos da alínea *a*) do artigo 5.º da Portaria n.º 1/2004, de 19 de Janeiro, integrar e presidir a Comissão Regional de Exames, Inspeção e Vistorias da ilha do Fogo.

António Lopes Araújo, mecânico auto, designado para, nos termos da alínea *a*) do artigo 5.º da Portaria n.º 1/2004, de 19 de Janeiro, integrar a Comissão Regional de Exames, Inspeção e Vistorias da ilha do Fogo.

As despesas têm enquadramento na alínea *b*) do artigo 5.º do diploma sub-judice.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 10 de Janeiro de 2008. — Pela Direcção-Geral, *Alcides Canuto Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Ex^a a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 20 de Dezembro de 2007:

Helena da Cruz Fortes, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva na Escola Secundária Pedro Gomes, quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior, que se encontrava em comissão eventual de serviço, para frequentar o curso de Mestrado em Demografia em França, desde Setembro 2005, nos termos do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, é dada por finda a comissão eventual de serviço, com efeitos imediatos.

De 28 de Dezembro de 2007:

Luís Vasco Tavares dos Santos de Sousa Lobo, ex-jornalista da Rádio Televisão de Cabo Verde, aposentado, nos termos do artigo 5º n.º 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado absoluta e permanentemente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 25 de Julho de 2007 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 7 de Agosto de 2007, com direito a pensão anual de 735.060\$00 (setecentos e trinta e cinco mil, sessenta escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 29 anos e 4 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de Junho de 2004 do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 6 anos e 20 dias.

O montante em dívida no valor de 166.149\$00, (cento e sessenta e seis mil, cento quarenta e nove escudos) poderá ser amortizada em 90 prestações mensais no valor 1.846\$00.

Sobre o montante acima referido já foram descontados 22.260\$00, e fica por amortizar 143.889\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 10.12, Div. 16º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Janeiro de 2008).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 17 de Janeiro de 2008. – A Directora, *Balbina Gonçalves*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a Ministro da Justiça:

De 23 de Dezembro de 2007:

Fernando de Jesus Correia e Silva, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação afecto à Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, punido com a pena de demissão, nos termos das disposições combinadas dos artigos 14.º n.º 1 alínea f) 21.º, n.º 4, 28.º n.º 2, alínea i), 81.º, n.º 1 e 82.º, n.º 2, todos do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

COMUNICAÇÃO

Para efeitos legais se comunica que Maria Nazaré Alves Monteiro, oficial 4.º ajudante, referência 1, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça, colocada na Conservatória/Cartório de Santa Catarina, que se encontrava de licença sem vencimento, desde do dia 2 de Maio de 2007, retomou as suas funções no dia 10 de Janeiro de 2008.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 20, II Série, de 23 de Maio de 2007, o Despacho de S. Ex^a o Ministro da Justiça, de 2 de Maio de 2007, respeitante à concepção de licença sem vencimento de Maria Nazaré Alves Monteiro, de novo se publica:

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 2 de Maio de 2007:

Maria Nazaré Alves Monteiro, oficial 4.º ajudante, referência 1, escalão A, do quadro privativo dos Registos, colocada na Conservatória/Cartório de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento de curta duração, por um período de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 14 de Janeiro de 2008. – O Director-Geral, *Horácio Semedo*.

—oço—

MINISTÉRIO
DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho da S. Ex^a a Ministra do Ambiente e Agricultura:

De 8 de Janeiro de 2008:

Manuel José Jesus Rodrigues Martins, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão D, quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, em efectividade de serviço na Delegação do Fogo, requisitado, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Delegado do INERF na referida ilha.

COMUNICADO

Para os devidos efeitos se comunica que Martiniano David Galvão, assistente administrativo, referência 6, escalão C, contratado do Ministério do Ambiente e Agricultura, em efectividade serviço na Delegação de São Vicente que se encontrava de licença sem vencimento por 90 (noventa) dias, desde 17 de Setembro de 2007, retomou as suas funções no passado dia 17 de Dezembro do ano transacto.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 16 de Janeiro de 2008. – A Directora da Administração, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho da S. Ex^a a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 6 de Junho de 2004:

Pedro dos Santos Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, do quadro de pessoal da Delegação do Ministério da

Educação e Ensino Superior no concelho do Paúl, reclassificado a categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, ao abrigo dos dispostos na alínea *d*) n.º 1 III do artigo 39.º, conjugada com os artigos 37.º e 41.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, na sequência de conclusão do Bacharelato em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses.

Sem encargos financeiros adicionais para o Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

Despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Educação:

De 20 de Setembro de 2007:

Jorge de Pina Lopes, licenciado em Pedagogia, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Educação, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugado com alínea *b*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2007, ocupando a vaga deixada pelo seu antecessor João Gomes Cardoso.

As despesas têm cabimento na classificação económica 03.01.01.01 do orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

Despacho da S. Ex.^a o Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências da S. Ex.^a a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 24 de Janeiro de 2008:

Casimiro Soares da Rosa, professor do ensino básico principal, referência 8, escalão C, quadro definitivo na Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior do Tarrafal, em exercício de funções na Direcção-Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Janeiro de 2007, prorrogado a referida licença, a seu pedido, por mais um ano, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2008, ao abrigo dos artigos 47.º e 49.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

Despacho do ex-Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, no uso de competências delegadas por despacho de S. Ex.^a o Ex-Ministro da Educação.

De 18 de Dezembro de 2002:

Emílio Gomes Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva da Delegação do Ministério da Educação, Concelho de São Miguel, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na divisão 5.ª, Cl. Ec. 03.62.99 do orçamento do MEVRH. – (Visado pelo Tribunal de Contas, aos 27 de Maio de 2003).

COMUNICAÇÃO

Segundo o despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado de Educação de 31 de Dezembro de 2007, considera-se sem efeito a publicação referente á nomeação definitiva na carreira docente e a progressão para referência 7, escalão B, de Maria da Cruz Duarte Pires, professora do ensino básico de primeira, publicadas no *Boletim Oficial* n.º 45, II Série, de 7 de Dezembro de 2005.

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, 25 de Janeiro de 2008. – O Director, *José Avelino Rodrigues Pina*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro:

De 16 de Janeiro de 2008:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, conjugada com o n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro, é dada por finda a comissão de serviço de Victor Afonso Gonçalves Fidalgo, no cargo de Presidente da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2008.

É dada por finda, a seu pedido, nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, conjugada com o n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro, a comissão de serviço de Avelino Bonifácio Fernandes Lopes, no cargo de Administrador não Executivo da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

É dada por finda, a seu pedido, nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, conjugada com o n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro, a comissão de serviço de Aida Maria Duarte Silva, no cargo de Administradora não Executiva da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2008.

É nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, conjugada com o n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro, Alexandre Guilherme Vieira Fontes, técnico superior do quadro privativo do Ministério das Finanças e Administração Pública — Direcção-Geral do Tesouro, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Presidente da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2008.

É nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro, António Pedro Tavares Silva, Inspector Superior das Finanças, no cargo de Administrador Executivo da CABO VERDE INVESTIMENTOS – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2008.

Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade:

De 14 de Janeiro de 2008:

Ao abrigo do n.º 6 do Despacho conjunto dos Ministros das Finanças e Administração Pública e da Economia Crescimento e Competitividade, de 7 de Novembro de 2007, publicado no *Boletim Oficial* n.º 46, II Série, designa-se Pedro Alcântara Silva, técnico superior, referência 14, escalão E, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Indústria e Energia, para exercer as funções de Coordenador da Célula de Execução do Projecto — Reforço das Capacidades de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade na Ilha de Santiago.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 16 de Janeiro de 2008. – A Directora Administrativa, *Juliana Carvalho*.

CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Despacho de S. Ex^a o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no uso da delegação de poderes:

De 23 de Janeiro de 2008:

Circe de Açucena Gomes de Brito da Costa Neves, Juiz de Direito, colocada no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de 1ª Classe de São Vicente, é designada para exercer as funções de 1º Substituto do Juiz de Direito do Tribunal da Comarca de 2ª Classe do Porto Novo, com efeitos imediatos.

Ass.) *Benfeito Mosso Ramos* – Presidente.

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 23 de Janeiro de 2008. – O Secretário, *Boaventura Borges Semedo*.

—oço—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 8 de Janeiro de 2008:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço, de José Pedro Luciano, oficial administrativo, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Ex-Direcção da Administração Local, no cargo de Director dos Serviços Administrativos e Financeiros, que vinha exercendo na Câmara Municipal da Ribeira Brava, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 8 de Janeiro de 2008. – O Presidente, *Amílcar Spencer Lopes*.

—oço—

MUNICÍPIO DO PAÚL

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 15 de Dezembro de 2005

Santos da Guarda Rodrigues Gomes, licenciado em contabilidade e finanças, contratado nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea e) do nº 1 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em regime de contrato a termo, desempenhar as funções de técnico superior, referência 13, escalão A, da Câmara Municipal do Paul.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 17 de Agosto de 2006).

Câmara Municipal do Paul, aos 12 de Setembro de 2006. – A Secretária Municipal, *Ana Maria Brito Fortes*.

DELIBERAÇÃO

De 25 de Junho de 2007

Nos termos do nº 2 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 13/93, progridem para os escalões imediatamente superiores, os seguintes funcionários:

Manuel Nascimento Duarte Silva, fiscal, referência 5 escalão C, para escalão D;

David Carvalho Silva, fiscal, referência 5, escalão B, para escalão C;

Agnelo Vasconcelos Lopes, condutor auto-pesados, referência 4, escalão F, para escalão G,

Maria Albertina Pires, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão C, para escalão D.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.01 do orçamento vigente.

Câmara Municipal do Paul, aos 15 de Julho de 2007. – A Secretária Municipal, *Ana Maria Brito Fortes*.

DELIBERAÇÃO

De 19 de Julho de 2007

Manuela Fernandes Aleixo, licenciada em informática de gestão, nomeada nos termos da alínea d) nº 2 do artigo 92º da Lei 134/IV/1995, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, para em comissão de serviço, exercer o cargo de Secretária Municipal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.01 do orçamento vigente.

Câmara Municipal do Paul, aos 15 de Julho de 2007. – A Secretária Municipal, *Ana Maria Brito Fortes*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 9 de Novembro de 2007

Agnelo Freire dos Santos, José Jorge Vaz Mendonça e Filomeno Mendonça dos Reis, condutores auto de ligeiros, referência 2, escalão B, contratados para, em regime de contrato individual de trabalho a termo, desempenharem nos termos do disposto no artigo 24º, n.º 2 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea d) do nº 11 do Regime Jurídico Geral das Relações de Trabalho, alterado pela Lei nº 101/IV/93, de 31 de Dezembro, e artigo 36º, nº 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, as funções de condutor auto de pesado, referência 4, escalão A.

Os referidos contratos têm a duração de 1 (um) ano, com início a partir da data da publicação dos seus extractos no *Boletim Oficial* com a menção de que foram visados pelo Tribunal de Contas.

Os encargos resultantes deste acto tem cobertura orçamental no código 03.01.01.03 - Remunerações Certas e Permanentes - Pessoal Contratado do Orçamento do Município de São Domingos para o ano económico de 2007. – (Visado Pelo Tribunal de Contas em 19 de Dezembro de 2007).

Câmara Municipal de São Domingos, aos 11 de Janeiro de 2008. – O Director dos Recursos Humanos, *Boaventura Alves Silva*.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

Comissão Instaladora

Despacho do Presidente da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos:

De 16 de Janeiro de 2008:

Ana Bela Ramos da Veiga, Francisca Semedo Cabral Leite e Mário Nataniel Ferreira Furtado, funcionários do quadro do pessoal da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, nomeados, ao abrigo do disposto no artigo 40º, nº 2 do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Junho, para, em comissão ordinária de serviço, exercerem as funções de Chefe de Secção de Contabilidade, Chefe de Secção Financeira e Chefe de Secção de Administração Fiscal, respectivamente.

As despesas resultantes deste acto têm cobertura orçamental na rubrica 3.01.01.03 — Remunerações Certas e Permanentes - Pessoal Contratado, do Orçamento do Município para o ano 2008). — (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei).

Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, aos 16 de Janeiro de 2008. — O Secretário Municipal, *Domingos Ramos Cardoso*.

MUNICÍPIO DO TARRAFAL

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 29 de Novembro de 2007:

Tomásia Semedo Fonseca, na qualidade de Viúva de Felix Lopes Moreira, que foi agente aposentado desta Câmara Municipal, referência 1, escalão B, falecido em 28 de Julho de 2007, fixado ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º/3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 83.940.00 (oitenta e três mil e novecentos e quarenta escudos), com efeito a partir de 28 de Julho de 2007.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8º artigo 2º, do Orçamento Municipal vigente. — Visado pelo Tribunal de Contas, em 19 de Novembro de 2007).

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 29 de Novembro de 2007. — O Secretário Municipal, substituto, *Austelino Borges Moreira*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 90\$00